

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA)
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS
- CODEMIG**

ENTRE

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS
- CODEMIG,**
na qualidade de emissora

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS,**
na qualidade de agente fiduciário



12 de novembro de 2012

A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop at the top and several smaller loops and strokes below it.

11/01/2010 14:00:00

Pelo presente instrumento, de um lado,

(A) COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, n.º 1.697, Bairro de Lourdes, CEP 30.140-071, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.791.581/0001-55, com seu ato constitutivo e demais atos societários registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 3150021678-4, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures ("Debenturistas") da presente 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, pela Emissora ("Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente),

(B) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estados do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig ("Escritura" e "Debêntures" ou "Debênture", respectivamente), nos termos das seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA I

AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 6 de novembro de 2012 ("AGE"), a qual (a) aprovou (i) a realização da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições e (ii) a outorga das Garantias (conforme abaixo definida) a serem prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita; e (b) determinou que a Diretoria da Emissora praticasse todos os atos necessários à efetivação das aprovações tomadas na AGE, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A Oferta Restrita será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita também não será objeto de registro perante a ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando automaticamente dispensada do registro, nos termos do artigo 25,



parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será arquivada na JUCEMG e será publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "O Tempo", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCEMG

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409", respectivamente), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução



CVM 476, e após o cumprimento pela Emissora das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 3º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, mediante: (i) a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço e, em caráter complementar, de empreendimento de fomento, incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (ii) a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento, e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral, petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente, no país ou no exterior; (iii) a proteção e a preservação de mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (iv) a construção e a administração de prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como a promoção de programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (v) a construção e a operação de distritos industriais e áreas destinadas à implantação de empresas, bem como a contratação de estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação municipal e ambiental; (vi) a administração de bens dominicais pertencentes ao Estado de Minas Gerais, suas autarquias e fundações, com vistas ao seu melhor aproveitamento; (vii) a participação em empreendimento econômico, em parceria com empresa estatal ou privada; (viii) a contratação de parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; e (ix) a participação em empresa privada dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria.



3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão e Quantidade de Debêntures

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"), sem qualquer acréscimo a título de lote adicional ou suplementar.

3.3.2. Serão emitidas 70.000 (setenta mil) Debêntures.

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com o Itaú BBA e o BB-BI, "Coordenadores"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais -



Codemig", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Contrato de Colocação").

3.5.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores, em conjunto, poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iii) efetuaram sua própria análise sobre a Emissora, a Emissão e as Garantias.

3.5.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.5.5. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente deverão subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).



A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop at the top and a series of smaller loops and strokes below.

2011/11/11

3.5.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.5.8. Os Coordenadores e a Emissora não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.9. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

3.5.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6. Banco Mandatário, Agente Escriturador e Instituição Depositária

O banco mandatário da Emissão e instituição depositária das Garantias (conforme abaixo definido) será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Virgínia, nº 299, Prédio II, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária"). A Itaú Corretora de Valores S.A., com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.164.353/0001-64 atuará como agente escriturador das Debêntures ("Agente Escriturador").



3.7. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para financiar despesas e/ou investimentos necessários à realização do objeto social da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será o dia 14 de novembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, sendo que, para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária (i) das Distribuições Cedidas (conforme abaixo definido); (ii) dos valores depositados nas Contas de Garantia (conforme abaixo definido); e (iii) do Direito de Regresso (conforme abaixo definido) que a Emissora possui em face da SETOP (conforme abaixo definido).



4.1.4. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 14 de novembro de 2020 ("Data de Vencimento").

4.1.5. Forma e Preço de Subscrição e de Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição"), por meio do SDT de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que as Debêntures deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Liquidação").

4.1.6. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), respeitado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.1.6.1. Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário após cada Data de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme abaixo definido).

4.1.7. Amortização do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 73 (setenta e três) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela amortizada no dia 14 de novembro de 2014 (o prazo entre a Data de Emissão e tal data, o "Período de Carência de Amortização") e a última parcela amortizada na Data de Vencimento, conforme indicado na tabela a seguir (cada uma, uma "Data de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures"):



1000000

Parcela	Datas de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	14.11.2014	1.37%
2	14.12.2014	1.37%
3	14.1.2015	1.37%
4	14.2.2015	1.37%
5	14.3.2015	1.37%
6	14.4.2015	1.37%
7	14.5.2015	1.37%
8	14.6.2015	1.37%
9	14.7.2015	1.37%
10	14.8.2015	1.37%
11	14.9.2015	1.37%
12	14.10.2015	1.37%
13	14.11.2015	1.37%
14	14.12.2015	1.37%
15	14.1.2016	1.37%
16	14.2.2016	1.37%
17	14.3.2016	1.37%
18	14.4.2016	1.37%
19	14.5.2016	1.37%
20	14.6.2016	1.37%
21	14.7.2016	1.37%
22	14.8.2016	1.37%
23	14.9.2016	1.37%
24	14.10.2016	1.37%
25	14.11.2016	1.37%
26	14.12.2016	1.37%
27	14.1.2017	1.37%
28	14.2.2017	1.37%
29	14.3.2017	1.37%
30	14.4.2017	1.37%
31	14.5.2017	1.37%
32	14.6.2017	1.37%
33	14.7.2017	1.37%
34	14.8.2017	1.37%
35	14.9.2017	1.37%
36	14.10.2017	1.37%
37	14.11.2017	1.37%
38	14.12.2017	1.37%



11/11/2020

39	14.1.2018	1.37%
40	14.2.2018	1.37%
41	14.3.2018	1.37%
42	14.4.2018	1.37%
43	14.5.2018	1.37%
44	14.6.2018	1.37%
45	14.7.2018	1.37%
46	14.8.2018	1.37%
47	14.9.2018	1.37%
48	14.10.2018	1.37%
49	14.11.2018	1.37%
50	14.12.2018	1.37%
51	14.1.2019	1.37%
52	14.2.2019	1.37%
53	14.3.2019	1.37%
54	14.4.2019	1.37%
55	14.5.2019	1.37%
56	14.6.2019	1.37%
57	14.7.2019	1.37%
58	14.8.2019	1.37%
59	14.9.2019	1.37%
60	14.10.2019	1.37%
61	14.11.2019	1.37%
62	14.12.2019	1.37%
63	14.1.2020	1.37%
64	14.2.2020	1.37%
65	14.3.2020	1.37%
66	14.4.2020	1.37%
67	14.5.2020	1.37%
68	14.6.2020	1.37%
69	14.7.2020	1.37%
70	14.8.2020	1.37%
71	14.9.2020	1.37%
72	14.10.2020	1.37%
73	14.11.2020	1.36%



4.2. Atualização Monetária e Remuneração

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão das Debêntures, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa ("spread") de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula do item 4.2.4 abaixo ("Remuneração").

4.2.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido).

4.2.4. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J: valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



VNe: Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = [(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})]$$

FatorDI: produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o termino do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k: número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k : Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Assessoria

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k : Taxa DI-Over, de ordem k , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread: Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

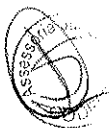
$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread: 2,2500;

DP : É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.4.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.



Handwritten signature and initials.

COEEMG

4.2.4.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

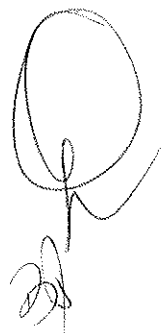
4.2.4.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4.4. O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4.5. A Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.6. Caso a Taxa DI Over não esteja disponível pela CETIP quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI Over aplicável que estiver disponível naquela data, divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI Over disponível.



10/03/2020

4.2.6.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI Over por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI Over, será convocada, pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos acima referido ou da data de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI Over, AGD (conforme abaixo definida), nos termos da Cláusula IX abaixo, a ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da AGD, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.2.6.2 Caso não haja acordo na AGD prevista acima, sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, será utilizado o substituto da Taxa DI Over determinado legalmente para tanto. No caso de não haver um substituto legal da Taxa DI Over e de não se chegar a um acordo na AGD, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de encerramento da AGD a que se refere esta Cláusula, qual a alternativa escolhida: (i) adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da



Handwritten signature or initials.


Handwritten mark or signature.

Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI Over divulgada oficialmente; ou (ii) amortizar as Debêntures em Circulação, levando-se em conta o procedimento da CETIP para operacionalização de referida amortização, e resgatar eventual saldo residual, nos termos do cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo médio das amortizações originalmente programadas das Debêntures, utilizando-se, para cálculo da Remuneração das Debêntures, durante o prazo de amortização das Debêntures previsto neste inciso, a periodicidade do pagamento da Remuneração prevista na Cláusula 4.2.2 acima e a última Taxa DI Over divulgada oficialmente.

4.2.6.3. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será aplicada a última Taxa DI Over aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI Over disponível.

4.2.6.4. Caso a Taxa DI Over volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da AGD de que trata o item 4.2.6.1 acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI Over, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1. A Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 14 de dezembro de 2012 e o último na Data de Vencimento conforme indicado na tabela a seguir (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"): 



Parcela da Remuneração	Data de Pagamento da Remuneração
1	14.12.2012
2	14.1.2013
3	14.2.2013
4	14.3.2013
5	14.4.2013
6	14.5.2013
7	14.6.2013
8	14.7.2013
9	14.8.2013
10	14.9.2013
11	14.10.2013
12	14.11.2013
13	14.12.2013
14	14.1.2014
15	14.2.2014
16	14.3.2014
17	14.4.2014
18	14.5.2014
19	14.6.2014
20	14.7.2014
21	14.8.2014
22	14.9.2014
23	14.10.2014
24	14.11.2014
25	14.12.2014
26	14.1.2015
27	14.2.2015
28	14.3.2015
29	14.4.2015
30	14.5.2015
31	14.6.2015
32	14.7.2015
33	14.8.2015
34	14.9.2015
35	14.10.2015
36	14.11.2015
37	14.12.2015
38	14.1.2016
39	14.2.2016
40	14.3.2016



41	14.4.2016
42	14.5.2016
43	14.6.2016
44	14.7.2016
45	14.8.2016
46	14.9.2016
47	14.10.2016
48	14.11.2016
49	14.12.2016
50	14.1.2017
51	14.2.2017
52	14.3.2017
53	14.4.2017
54	14.5.2017
55	14.6.2017
56	14.7.2017
57	14.8.2017
58	14.9.2017
59	14.10.2017
60	14.11.2017
61	14.12.2017
62	14.1.2018
63	14.2.2018
64	14.3.2018
65	14.4.2018
66	14.5.2018
67	14.6.2018
68	14.7.2018
69	14.8.2018
70	14.9.2018
71	14.10.2018
72	14.11.2018
73	14.12.2018
74	14.1.2019
75	14.2.2019
76	14.3.2019
77	14.4.2019
78	14.5.2019
79	14.6.2019
80	14.7.2019
81	14.8.2019



82	14.9.2019
83	14.10.2019
84	14.11.2019
85	14.12.2019
86	14.1.2020
87	14.2.2020
88	14.3.2020
89	14.4.2020
90	14.5.2020
91	14.6.2020
92	14.7.2020
93	14.8.2020
94	14.9.2020
95	14.10.2020
96	14.11.2020

4.3.2. Farão jus aos pagamentos previstos nesta Escritura aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento.

4.4. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora na data de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) para os Debenturistas que não estejam vinculados a esse sistema, por meio do Banco Mandatário.

4.5. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme previsão desta Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum



acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.6. Multa e Encargos Moratórios

Ocorrendo (i) impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, inclusive a Remuneração; e/ou (ii) qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 6.1 abaixo (ressalvado eventuais prazos de cura previstos nesta Escritura e/ou nos Documentos das Garantias), os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração acumulada nos termos do item 4.2 acima: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.6 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



12/05/2014 14:00:00

4.8. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.9. Publicidade

4.9.1. Exceto se de outra forma aqui especificamente disposta, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, que são, na data de assinatura desta Escritura, (i) DOEMG e (ii) jornal "O Tempo", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário sobre qualquer publicação na data de sua realização.

4.9.2. A alteração, de tempos em tempos, do jornal de grande circulação indicado na Cláusula 4.9.1(ii) acima, não importará aditamento à presente Escritura desde que tal alteração seja previamente informada ao Agente Fiduciário e publicada no DOEMG e no jornal de grande circulação até então utilizado para as publicações da Emissora.

4.10. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.



[Handwritten signature]

Handwritten signature

4.11. Imunidade de Debenturistas

4.11.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas para recebimento dos valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do recebimento dos valores relativos às Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.11.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 4.11.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

4.11.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 4.11.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora e o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

Handwritten signature



4.12. Das Garantias

4.12.1. As garantias adicionais reais ("Garantias") são representadas pela cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável, de:

- a) da totalidade dos direitos creditórios representativos da parcela do lucro líquido a que a Emissora faz jus, em decorrência de distribuições realizadas de tempos em tempos pela sociedade em conta de participação constituída entre a Emissora e a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM ("CBMM"), em decorrência da venda de produtos derivados do beneficiamento e industrialização de minérios, nos termos de escritura pública datada de 28 de setembro de 1972, lavrada pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Belo Horizonte ("SCP") ("Distribuições Cedidas"), ficando ressalvado que parcela das Distribuições Cedidas está contratualmente vinculada ao pagamento de obrigações contraídas pelo Estado de Minas Gerais (através da SETOP) no âmbito do Contrato de PPP (conforme abaixo definido), e do "Contrato de Constituição de Garantia por Instrumento Particular", celebrado em 29 de fevereiro de 2008, entre a Emissora e o Itaú Unibanco S.A., com a interveniência da Concessionária, do DER-MG e da CBMM ("Parcela Comprometida"), à qual os Debenturistas renunciam de forma irrevogável e irretratável, sendo certo que, uma vez efetuadas as Distribuições Cedidas, tal montante referente à Parcela Comprometida ficará liberado das Garantias;
- b) dos valores depositados nas contas vinculadas nº 09846-6, agência nº 8451 ("Conta Vinculada") e nº 09549-6, agência nº 8451 ("Conta Reserva" e, em conjunto com a Conta Vinculada, "Contas de Garantia"), de titularidade da Emissora junto à Instituição Depositária; e
- c) de eventual direito da Emissora de sub-rogar-se nos direitos da Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. ("Concessionária") em face da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas ("SETOP") em caso



de utilização da Parcela Comprometida na forma do "Contrato SETOP 007/2007 – Concessão Patrocinada para Exploração de Rodovia", celebrado em 21 de maio de 2007, entre o Estado de Minas Gerais, por meio da SETOP, e a Concessionária, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG e da Emissora ("Contrato de PPP"), para honrar obrigações da SETOP nos termos do Contrato de PPP, na forma prevista na Cláusula 38.1.3 do Contrato de PPP.

4.12.2. Para a ausência de dúvida, as garantias referidas no item 4.12.1 acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora, vigendo até a integral liquidação do Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, conforme o caso, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido"), observados os termos da presente Escritura, do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Distribuições e de Direitos de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária") e do "Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas" ("Contrato de Administração de Contas"), e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia (conjuntamente com o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas, "Documentos das Garantias").

CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

5.1. Observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura, a Emissora poderá, a qualquer momento após 36 (trinta e seis) meses contados a partir da Data de Emissão (ou seja, a partir de 14 de novembro de 2015) e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das



Debêntures ("Resgate Antecipado"), mediante comunicação dirigida ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate"), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado").

5.1.1. O pagamento do Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 5.1 acima e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures objeto do Resgate Antecipado estejam custodiadas eletronicamente no SND, o Resgate Antecipado seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

5.1.2. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos deste item 5.1 deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

5.2. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca e do Resgate Antecipado, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com 2 (dois) dias úteis de antecedência da Data do Resgate Antecipado.

5.3. A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil.

5.4. A Comunicação de Resgate deverá conter as seguintes informações (i) a Data de Resgate Antecipado, (ii) o valor do Resgate Antecipado correspondente ao pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Resgate Antecipado; (iii) os demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso; (iv) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido no item 5.5 abaixo; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.



Handwritten signature

5.5. Na hipótese de Resgate Antecipado, a Emissora pagará um prêmio equivalente a um percentual calculado sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Resgate Antecipado, conforme tabela abaixo ("Prêmio"):

Períodos	Prêmio (calculado conforme o item 5.5 acima)
14.11.2015 a 13.05.2016	0,65%
14.05.2016 a 13.11.2016	0,60%
14.11.2016 a 13.05.2017	0,55%
14.05.2017 a 13.11.2017	0,50%
14.11.2017 a 13.05.2018	0,45%
14.05.2018 a 13.11.2018	0,40%
14.11.2018 a 13.05.2019	0,35%
14.05.2019 a 13.11.2019	0,30%
14.11.2019 a 13.11.2020	0,25%

5.6. Não haverá possibilidade de resgate antecipado facultativo parcial.

5.7. Não haverá amortização antecipada facultativa.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observados os itens 6.2 e 6.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do

Handwritten signature



efetivo pagamento, e demais encargos moratórios devidos e não pagos, se aplicável, apurado na forma da lei e de acordo com o disposto nesta Escritura, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Documentos das Garantias, desde que não sanado no respectivo prazo de cura ou no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da data do respectivo inadimplemento, conforme aplicável;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura e/ou nos Documentos das Garantias, não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas, individualmente ou em conjunto, quando aplicável, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (c) ocorrência de (i) liquidação ou dissolução da Emissora; (ii) liquidação, dissolução ou decretação de falência da CBMM; (iii) pedido de autofalência da CBMM; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da CBMM e não devidamente elidido por esta no prazo legal; (v) propositura, pela CBMM, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (vi) ingresso pela CBMM em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;




- (d) não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em decorrência de autuações impostas à Emissora que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para as quais não haja provisão para pagamento nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, desde que não tenha sido proposta ação rescisória no prazo legal;
- (e) existência de restrições cadastrais impeditivas que venham a recair sobre a Emissora, em órgãos de proteção ao crédito tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen, Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, dentre outros, de caráter fiscal inclusive, por valor individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se a Emissora comprovar, por meio de prova documental, em até 10 (dez) dias úteis contados da ciência inequívoca, pela Emissora, da referida inscrição que: (i) a inscrição foi realizado por erro ou de má-fé de terceiros; (ii) a inscrição foi elidida no prazo legal; (iii) a inscrição foi cancelada; ou (iv) a inscrição é objeto de questionamento em procedimento administrativo ou ação judicial;
- (f) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (g) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo (i) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da ciência inequívoca, pela Emissora, do referido protesto, ou (ii) se o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (iii) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;



- (h) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, desde que não sanado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data do respectivo inadimplemento ou no prazo máximo disposto no instrumento ou contrato correspondente, dos dois o maior;
- (i) inveracidade, incorreção, omissão ou descumprimento de quaisquer das obrigações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou nos Documentos das Garantias em aspectos relevantes ou enganosos, na data em que foram prestadas;
- (j) transformação da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (k) ocorrência de alterações no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em AGD;
- (l) observado o disposto no item 6.1.5 abaixo, a cisão ou fusão da Emissora ou da SCP, exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas reunidos em AGD;
- (m) incorporação da Emissora ou das ações da Emissora por outra sociedade;

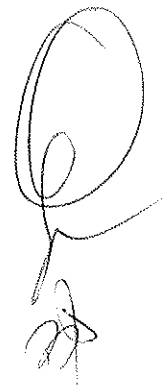


- (n) outras formas de reestruturação societária da Emissora, que não aquelas previstas nos itens (l) e (m) acima, que (i) comprometam a observância dos Índices Financeiros previstos na alínea (cc) abaixo e/ou o fluxo de pagamento das Debêntures e/ou (ii) acarretem na assunção, pela Emissora, de passivos, de qualquer natureza, em valor individual ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que, para os fins deste item (ii), a Emissora deverá apresentar declaração por meio do qual declare, em caráter irrevogável e irretratável, que não assumiu ou assumirá passivos, de qualquer natureza, em valor individual ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas reunidos em AGD;
- (o) observado o disposto nos itens 6.1.3 e 6.1.4 abaixo, realização, pela Emissora, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas reunidos em AGD, de qualquer negócio jurídico destinado à venda, transferência, alienação ou cessão, ainda que por meio de promessa, em qualquer caso, desde que a título gratuito ou a preço vil, de ativos, bens ou direitos, de qualquer natureza, em valor individual ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora;
- (p) constituição, a partir da data de assinatura da presente Escritura, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas reunidos em AGD, de qualquer ônus, gravames, garantias reais e/ou qualquer outra modalidade de obrigação (i) que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre as Distribuições Cedidas, as Contas de Garantia e o Direito de Regresso, exceto pela Parcela Comprometida e pelas Garantias constituídas nos termos dos itens 4.12.1 e 4.12.2 acima e dos Documentos das Garantias ou (ii) cujo valor agregado ultrapasse o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);



11/04/2011

- (q) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações previstas na Escritura;
- (r) caso esta Escritura, os Documentos das Garantias ou qualquer uma de suas disposições relevantes forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;
- (s) caso os Documentos das Garantias previstos no item 4.12 acima venham a se tornar ineficazes ou inexequíveis e tal ineficácia ou inexequibilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) dias úteis da sua ocorrência ou as Garantias não sejam reforçadas, observado que tais novas garantias deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD;
- (t) caso os Documentos das Garantias previstos no item 4.12 acima não tenham sido validamente protocolados para registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura dos Documentos das Garantias;
- (u) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura;
- (v) concessão pela Emissora de mútuos a terceiros sem a anuência prévia dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (w) observado o disposto no item 6.1.5 abaixo, redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas reunidos em AGD, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;



10/10/2012

- (x) cessação das atividades da Emissora, da CBMM ou da SCP;
- (y) extinção, cassação ou intervenção pelo ente público, por qualquer motivo, das atividades da Emissora;
- (z) extinção, cassação, revogação, suspensão ou intervenção pelo ente público, por qualquer motivo, ou decisão administrativa ou judicial, que leve à extinção, cassação, revogação ou suspensão das atividades da Emissora, da CBMM e/ou da SCP;
- (aa) rescisão ou não renovação de qualquer contrato e demais acordos firmados pela Emissora, de qualquer natureza, que sejam essenciais à continuidade das atividades da Emissora, da CBMM e/ou da SCP em todos os seus aspectos relevantes e à continuidade das Distribuições Cedidas;
- (bb) alteração de qualquer contrato e demais acordos firmados pela Emissora, de qualquer natureza, que inviabilizem a continuidade das atividades da Emissora, da CBMM e/ou da SCP ou à continuidade das Distribuições Cedidas; e
- (cc) não cumprimento pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros (conforme termo definido abaixo), a serem acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário, com base (i) nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, baseadas nos últimos 12 (doze) meses e (ii) nas informações contábeis trimestrais da Emissora referentes ao segundo trimestre de cada ano, conforme o caso, sendo a que a primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo "Índices Financeiros" entendidos como: (i) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos); (ii) Dívida Total/EBITDA menor ou igual a 7,50 (sete inteiros e cinquenta centésimos); e (iii) captação de novas




dívidas financeiras que superem individualmente R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

"Dívida Líquida": (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no não circulante; (b) diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa.

"Divida Total": (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no não circulante.

“EBITDA”: lucro (prejuízo) líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia e do resultado financeiro, acrescido de despesas de depreciação e amortização e de despesas com imposto de renda e contribuição social referentes à participação da Companhia na SCP, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.



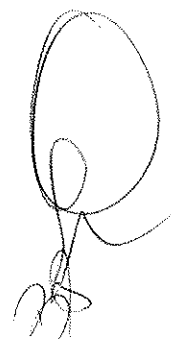
alterados após a Data de Emissão, tais Índices Financeiros deverão continuar sendo calculados de acordo com os princípios contábeis em vigor na Data de Emissão observando-se o a obrigação de providenciar o envio de um relatório (*compliance certificate*) preparado pela mesma empresa de auditoria independente, caso ocorra qualquer alteração substancial na legislação contábil, revisando os cálculos dos Índices Financeiros consequentemente, atestando o cumprimento dos Índices Financeiros.

6.1.2.2 A Emissora deverá solicitar aos seus auditores independentes que revisem, a fim de verificar a sua exatidão, os cálculos relativos aos Índices Financeiros.

6.1.3. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não constituirá Evento de Vencimento Antecipado:

(a) a cessão do uso, onerosa ou não, ou a venda acordada direta ou indiretamente com o Estado de Minas Gerais, a qualquer tempo, por uma ou mais vezes, em caráter definitivo ou temporário, ao Estado de Minas Gerais ou a qualquer entidade da administração pública direta ou indireta do Estado de Minas Gerais, das benfeitorias construídas no terreno localizado na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, nº 4.143, Bairro Serra Verde, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, assim como do referido terreno, caso venham a ser adquiridos pela Emissora (em conjunto "Cidade Administrativa");

(b) a cessão do uso, onerosa ou não, ou venda acordada direta ou indiretamente com o Estado de Minas Gerais, a qualquer tempo, por uma ou mais vezes, em caráter definitivo ou temporário, ao Estado de Minas Gerais ou qualquer entidade da administração pública direta ou indireta do Estado de Minas Gerais, de projetos, obras, prédios, instalações, construções, imóveis ou outros ativos da Emissora destinados ao uso



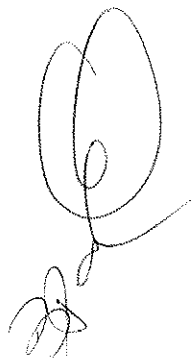
público, desde que as cessões ou alienações previstas nesta alínea (b) não comprometam o fluxo de pagamento das Debêntures; e

(c) a venda, de quaisquer bens ou ativos da Emissora para quaisquer terceiros, desde que a venda prevista nesta alínea (c) não comprometa o fluxo de pagamento das Debêntures e seja realizada a preço de mercado.

6.1.4. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não constituirá Evento de Vencimento Antecipado a cessão de uso ou a alienação, onerosa ou não, em caráter definitivo ou temporário, de projetos, obras, prédios, instalações, construções, imóveis ou outros ativos da Emissora destinados ao uso público, a entidades sem fins lucrativos ou a quaisquer entes da administração pública direta ou indireta federal, estadual, distrital ou municipal (i) realizada nos termos da Lei Estadual nº 20.020, de 05 de janeiro de 2012; ou (ii) cujo valor dos bens ou direitos cedidos ou alienados não ultrapasse o valor individual ou agregado de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

6.1.5. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não constituirá Evento de Vencimento Antecipado (a) qualquer cisão ou redução de capital social da Emissora com o fim específico de transferir a Cidade Administrativa para o Estado de Minas Gerais; ou (b) a redução de capital suportada pelas Disponibilidades da Emissora, apuradas na data desta Escritura nos termos da Cláusula 6.1.5.2 abaixo, no valor de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).

6.1.5.1. Para os fins do art. 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, a redução do capital com o objetivo previsto nas alíneas (a) e (b) da Cláusula 6.1.5 considerar-se-á, desde já, previamente aprovada pelos Debenturistas.

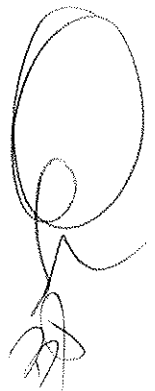


6.1.5.2. Para fins do disposto na Cláusula 6.1.5, considera-se "Disponibilidades" os valores constantes das contas "caixa", "bancos conta movimento" e "aplicações financeiras" integrantes do ativo circulante do último balanço patrimonial auditado da Emissora disponível na data da presente Escritura.

6.1.6. Para os fins dos itens 6.1.3 a 6.1.5 acima, fica desde já ressaltado que não poderão ser alienados, alugados, objeto de cessão de uso, onerados, emprestados ou transferidos, a qualquer título, os ativos necessários à exploração das atividades da CBMM e que sejam de titularidade, direta ou indiretamente, da Emissora ou qualquer outro ente pertencente à administração pública do Estado de Minas Gerais.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (f), (h), (j), (k), (p), (q), (r), (s), (t), (x), (y), (z), (aa) e (bb) do item 6.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 6.1 para solução de qualquer de tais eventos, se for o caso, independentemente de qualquer notificação.

6.3. Na ocorrência dos eventos previstos na alínea (b), (d), (e), (g), (i), (l), (m), (n), (o), (u), (v), (w) e (cc) do item 6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX abaixo e o quorum específico estabelecido no item 6.3.1 abaixo. A AGD prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 9.1 abaixo.



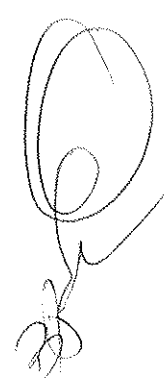
11/09/2017

6.3.1. A AGD de que trata o item 6.3 acima poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

6.3.2. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada no item 6.3 por falta de quórum em primeira e segunda convocação, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 6.1 acima.

6.4. Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 6.2 acima ou da data da realização da AGD nos termos do item 6.3 acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de Encargos Moratórios previstos nesta Escritura, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

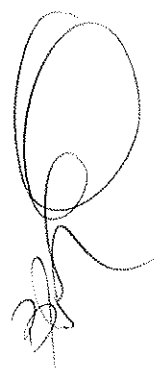
6.5. O pagamento dos valores mencionados no item 6.4 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura será realizado em até 3 (três) dias úteis contado da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data do referido pagamento.



CLÁUSULA VII
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

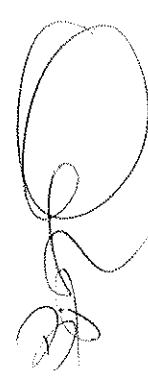
7.1. A Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) informar ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado em até 24 horas da ciência inequívoca, pela Emissora, de sua ocorrência;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando todas aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, ou em menor prazo, conforme solicitação judicial, administrativa ou exigência regulatória, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (d) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura e de eventuais Aditamentos devidamente arquivadas na JUCEMG em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir do seu arquivamento;



2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de decisão favorável administrativa ou judicial;
- (f) prestar informações ao Agente Fiduciário, a partir da ciência inequívoca da Emissora, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora e/ou de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora ao Agente Fiduciário na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão;
- (g) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (h) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) submeter, nos termos da Instrução CVM 476, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (k) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na



rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;

- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário ("Instrução CVM 358");
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação em tal sentido feita pelo Agente Fiduciário ou imediatamente após a ciência inequívoca, pela Emissora, da ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura;
- (n) manter contratada durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas a CETIP;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis, comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (p) cumprir ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que lhe sejam aplicáveis, adotando as medidas e



ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

- (q) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (s) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (t) não realizar operações fora do seu objeto social ou do curso normal dos negócios, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (u) notificar em até 24 (vinte e quatro) horas o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora ou da SCP que (i) impossibilite ou dificulte o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras preparadas pela Emissora não mais reflitam a sua real condição financeira;

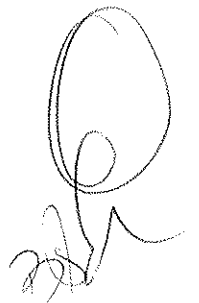


- (v) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) meses após o término de cada exercício social da Emissora, (i) as demonstrações financeiras da Emissora, auditadas por empresa de auditoria de primeira linha contratada pela Emissora; (ii) relatório de apuração dos Índices Financeiros, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices , sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário; e (iii) declaração do representante legal da Emissora, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;
- (w) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do semestre findo em 30 de junho, (i) cópia das últimas informações contábeis trimestrais da Emissora, acompanhadas da revisão dos auditores independentes contratados pela Emissora, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; e (ii) relatório de apuração dos Índices Financeiros, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário;
- (x) solicitar, semestralmente, aos auditores independentes que revisem, a fim de verificar a sua exatidão, os cálculos relativos aos Índices Financeiros e, no caso de obtenção de tal revisão , disponibilizá-la ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis;
- (y) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento de solicitação por escrito do Agente Fiduciário neste sentido (ou assim que possível, nas hipóteses em que a obtenção e tais informações, documentos e certidões estejam sujeitas a atos de terceiros), informações, documentos e certidões



relacionadas a eventuais contingências e/ou passivos de caráter trabalhista, previdenciário, fiscal, cível e/ou ambiental da Emissora;

- (z) manter seus ativos permanentes e relevantes devidamente segurados, conforme práticas usuais de mercado;
- (aa) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (bb) manter válidas e regulares até a Data da Emissão, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, conforme aplicável;
- (cc) atender, conforme aplicável, integralmente as obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (dd) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (ee) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (ff) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP e (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e os Documentos das Garantias;



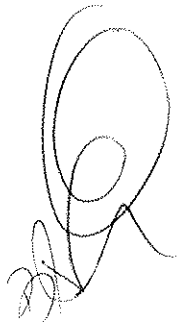
- (gg) informar, em até 24 (vinte e quatro) horas, o Agente Fiduciário, assim que tomar conhecimento a respeito de qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;
- (hh) manter sempre vigentes as licenças e autorizações necessárias e relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora; e
- (ii) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

CLÁUSULA VIII

AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, que por meio deste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.



8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

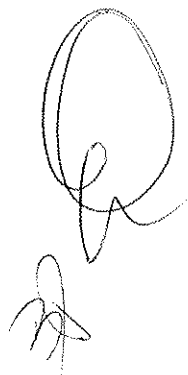
- (a) na Data de Emissão, não terá qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) na Data de Emissão, não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e os Documentos das Garantias e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) a pessoa que o representa nesta Escritura tem poderes bastantes para tanto;



- (h) na Data de Emissão, não se encontrará em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura e os Documentos das Garantias constituem uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e os Documentos das Garantias e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a AGD será realizada dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.7 abaixo.



8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

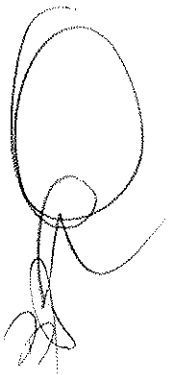
8.3.3. A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo).

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quorum previsto no item 8.3.3 acima; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

8.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

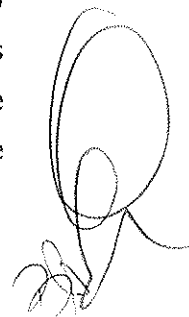


8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, emanados da CVM.

8.4. Deveres


8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial de registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (f) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, de forma justificada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta última;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.9 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o



inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

I.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

I.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

I.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

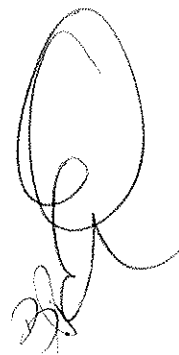
I.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

I.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

I.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos item 6.1 acima;

I.8) declaração sobre suficiência e exequibilidade das Garantias;

I.9) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:



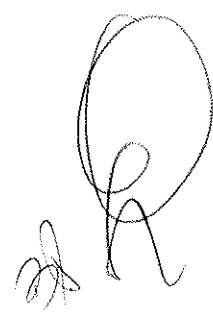
SECRETARIA JURÍDICA

- a) denominação da companhia ofertante;
- b) valor da emissão;
- c) quantidade de debêntures emitidas;
- d) espécie das debêntures emitidas;
- e) prazo de vencimento das debêntures emitidas;
- f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
- g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

I.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "(I)" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) na sede do Agente Fiduciário;
- m.3) na CVM; e
- m.4) na CETIP.



SECRETARIA JURÍDICA

- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.9 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório mencionado no inciso "(m)" acima se encontra à sua disposição nos locais indicados acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar de sua ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;
- (r) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 6.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (s) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou de seu *website* o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, a ser calculado pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora;
- (t) acompanhar o cumprimento pela Emissora dos *covenants* financeiros da alínea (cc) do item 6.1 acima, semestralmente, após a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;

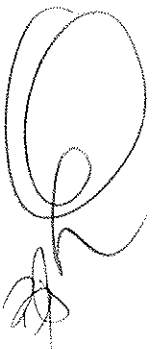


- (u) divulgar as informações referidas na alínea (l.9) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (v) verificar, na forma prevista no inciso IX do Artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das Garantias, com base nos documentos fornecidos, bem como sua suficiência e exequibilidade, conforme parecer legal dos escritórios de advocacia contratados para a Emissão.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

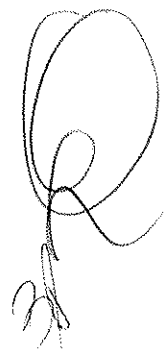
- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.



8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (d) do item 8.5.1 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do item 6.3.1 desta Escritura, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 8.5.1 acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável, salvo se o Agente Fiduciário agir com culpa grave ou dolo.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

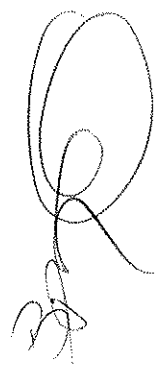
8.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, a remuneração prevista no Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário, celebrado em 9 de novembro de 2012 ("Contrato de Agente Fiduciário").

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, *conference calls*, contatos telefônicos, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços pelo Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora, desde que devidamente incorridas e comprovadas.



8.7.4. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese desta permanecer inadimplente, conforme definido na AGD Competente, por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



9.1. Convocação

9.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), ou pela CVM.

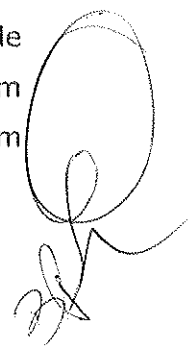
9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.9 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e em circulação no mercado, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

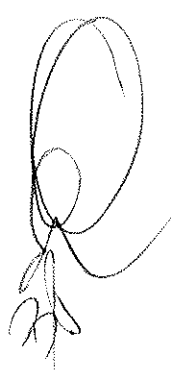
9.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, alterações nos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar a (i) Remuneração; (ii) a Data de Vencimento; (iii) quoruns de deliberação de AGD previstos neste item 9.4; (iv) Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas no item 6.1 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses



de vencimento antecipado, conforme item (iv) deste item 9.4.2, não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 6.3.1 acima.

9.4.3. Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 9.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

9.4.4. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao qual está sendo alterado.

9.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na AGD.

9.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

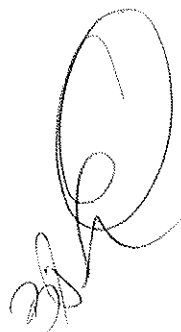
9.4.7. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

CLÁUSULA X

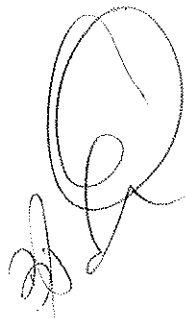
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante que:

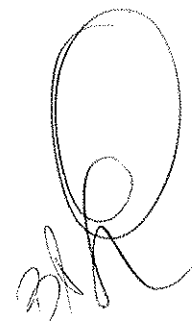
- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;



- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida em relação à Emissora;
- (c) esta Escritura constitui, na data desta Escritura, obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições em relação à Emissora;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações, assim como a Emissão não infringem ou contrariam, na data da Escritura, sob qualquer aspecto material, (a) observado o disposto nos itens 4.12.1 e 4.12.2 acima, qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou ao qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resulta ou irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias constituídas nos termos dos itens 4.12.1 e 4.12.2 acima e dos Documentos das Garantias, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir, de forma integral, com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (f) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (g) a seleção dos Coordenadores, Agente Fiduciário, Banco Mandatário, do Agente Escriturador, dos assessores legais e demais prestadores de serviços da Emissão, e a Emissão foram realizadas em conformidade com todas as leis e regulamentações aplicáveis, inclusive, sem limitação, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada;
- (h) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas contra a Emissora, de acordo com seus termos;
- (i) as operações e propriedades da Emissora cumprem, na data desta Escritura, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não tem conhecimento de quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar, na data de assinatura desta Escritura, uma ação ambiental contra a Emissora que possa inviabilizar a continuidade de suas operações e atividades, nos termos de qualquer lei ambiental;
- (j) pagou, até a data de assinatura desta Escritura, todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não os que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



Assessoria Jurídica

- (k) no seu melhor entendimento, na data desta Escritura, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (l) no seu melhor entendimento, cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (m) no seu melhor entendimento, está cumprindo e cumprirá o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que lhe sejam aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (n) tem, na data desta Escritura, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais e fiscais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, e age e agirá diligentemente para obter e/ou renovar as autorizações e licenças necessárias para o curso normal de suas atividades;
- (o) mantém, na data de assinatura desta Escritura, cobertura de seguro relevante com seguradoras contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está



engajada. A Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios;

- (p) mantém, na data desta Escritura, um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter a contabilidade dos ativos da Emissora;
- (q) possui e detém, na data de assinatura desta Escritura, o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos;
- (r) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora será solvente em relação às obrigações assumidas por meio desta Escritura e dos Documentos das Garantias;
- (s) a Demonstração Financeira da Emissora, datada de 31 de dezembro de 2011, representa corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e reflete corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de



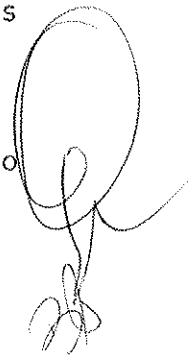
forma consolidada, conforme apurada por auditor independente da Emissora;

- (t) as Demonstrações Financeiras e Balancetes da Emissora a serem entregues ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula VII acima, representarão corretamente a posição financeira da Emissora nas respectivas datas e serão devidamente elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletirão corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada, conforme apurada por auditor independente da Emissora;
- (u) é a única, exclusiva e legítima proprietária dos ativos e direitos contemplados nas suas Demonstrações Financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2011, os quais se encontram, nesta data, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas, dúvidas, tributos, restrições, controvérsias, disputas, litígios, opções ou compromissos de venda, ou quaisquer outras restrições fundadas em atos, contratos, documentos, legislação e regulamentação aplicáveis e/ou ordens, decisões ou sentenças administrativas, judiciais ou arbitrais, que possam afetar tais bens, ativos e direitos, exceto conforme descrito em tais Demonstrações Financeiras e pelos seguintes bens, os quais encontram-se na presente data, onerados em favor de terceiros: (i) imóvel localizado na Avenida Assis Chateaubriand, n.º 713 a 729, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; (ii) imóvel correspondente a prédio comercial localizado na Rua Dom Vidal, n.º 116 e 132, na Cidade Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais; (iii) imóvel correspondente a sala nº 901, do 9º andar, do Edifício Hércules, localizado na Rua Espírito Santo, n.º 466, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; (iv) imóvel correspondente a uma casa, localizada na Rua Bernardo Guimarães, n.º 512, na Cidade Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (v) outros bens cujo valor agregado não ultrapassa o valor de



R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora;

- (v) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (w) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes;
- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (y) no seu melhor conhecimento, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição desta Escritura na JUCEMG e nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes e o registro das Debêntures na CETIP;
- (z) na Data de Emissão, todas as informações por ela prestadas serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, conforme aplicável;



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

- (aa) no seu melhor conhecimento, não há, na data de assinatura desta Escritura, quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos; e
- (bb) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para que as Garantias sejam consideradas válidas e eficazes, bem como sejam exequíveis, exceto pelo registro dos Documentos das Garantias nos cartórios competentes.

CLÁUSULA XI

ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCEMG.

CLÁUSULA XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

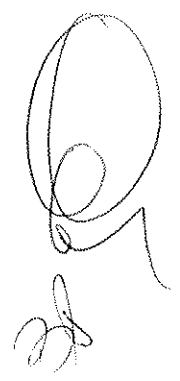
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS
- CODEMIG

Rua Aimorés, n.º 1.697

CEP: 30140-071, Belo Horizonte - MG

At.: Sra. Ana Lúcia Gondim da Costa (Gerência Financeira)

Tel.: (31) 3207 8913



Fax: (31) 3213 8918

E-mail: anagondim@codemig.com.br

Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

CEP: 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia
Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Aos cuidados da Gerência de Trustee

CA Tatuapé

Endereço: Rua Santa Virginia, 299 – Prédio II – Térreo - São Paulo – SP

Bairro: Tatuapé

CEP: 03084-010

Email: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Aos cuidados Douglas Callegari

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, São Paulo – SP

Bairro: Itaim Bibi

CEP: 04538-132

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br



Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, de forma que nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta



Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Veracidade da Documentação

O Agente Fiduciário não se obriga a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.5. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Foro

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

12.7. Independência das Disposições

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



11/11/12

12.8. Execução Específica



Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.9. Irrevogabilidade e Irretratabilidade

Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

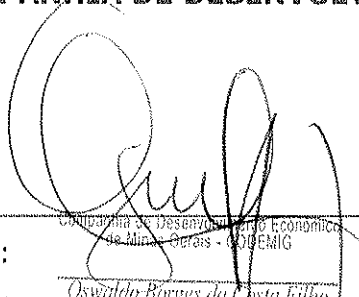
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2012.

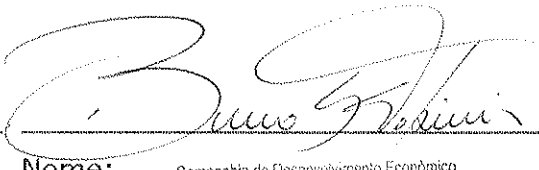


Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS -
CODEMIG**



Nome: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG
Cargo: Oswaldo Borges da Costa Filho
DIRETOR PRESIDENTE

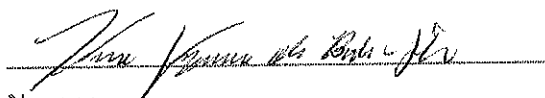


Nome: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG
Cargo: Bruno S. K. Volpini
Diretor de Administração e Finanças



*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira)
Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia
Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de
Colocação, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais -
Codemig*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**



Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**







Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira)
Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia
Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de
Colocação, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais -
Codemig

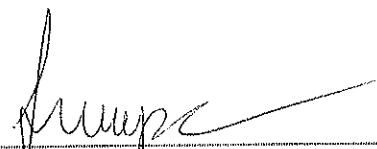
Testemunhas:



Nome: MARCO AURÉLIO PACHECO FERREIRA

R.G.: 08812351-9

CPF/MF: 029.833.137-35



Nome: Isabella Magalhães Pinto Coutinho

R.G.: 110.11.691.365

CPF/MF: 095.299.926-96



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.131-3/000
EM 19/11/2012

#COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG#

RF0864640

PROTOCOLO: 12/748.569-4

MARINELY DE PAULA MOURA
SECRETÁRIA GERAL

